

*Ata da 41ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 07 de agosto de 2014.*

Presidência do Senhor Deputado José de Arimateia, *ad hoc*. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão **em comemoração ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. O Sr. Presidente convidou para compor a mesa dos trabalhos os Senhores (as): Cláudio Melo, Coordenador de Proteção Social Básica da Secretaria de Desenvolvimento e Combate à Pobreza, representando o Governo do Estado; Deputado Federal Márcio Marinho; Ana Bernadete de Andrade, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público; Antônio Rodrigues, Subsecretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza; Micau Barreto, Secretária Executiva do Conselho Estadual das Cidades, representando o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Manoel Ribeiro Filho; Delegada Jaqueline Gordilho, representando a Delegacia para o Adolescente Infrator; Marcos Magalhães, Advogado e membro da OAB/Bahia; Ely Carlos Coutinho, Psicólogo; Magali Paim, Chefe de Gabinete, representando a 2ª Vara da Infância e Juventude; Tatiana da Paixão, representando os Conselheiros Tutelares; Eranildes Lopes, Conselheira Tutelar do Conselho Dez da Federação. Após a execução do Hino Nacional pela Banda de Música do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado da Bahia, o Deputado José de Arimateia, da tribuna, destacando a importância do ECA, instituído pela Lei nº 8.069/1990, que ainda não está plenamente regulamentada, informou que os 24 anos de existência do Estatuto representam importantes avanços sociais. Lembrou que o conjunto de normas e diretrizes do Estatuto enfatiza a proteção da integridade física e psíquica das crianças e dos adolescentes, ponderando que a responsabilidade da execução do ECA passa pelos Estados e pelas famílias, “base primária da assistência”. Informou que é autor do Projeto de Lei nº 20.852/2014, que tramita neste Poder e visa instituir, no âmbito da Administração Direta, Autarquia e Fundações Estaduais, o programa “Jovem Aprendiz”, bem como do Projeto de Lei nº 20.383/2013, com o objetivo de instituir a Semana Estadual de Prevenção à Violência contra a Criança e o Adolescente. Noticiou ainda, que foi autor do Projeto de Lei nº 20.320/2013, que cria centros de acolhimento e tratamento para crianças e adolescentes em uso de substâncias psicoativas em cerca de vinte e sete municípios baianos. Congratulou-se com os Conselheiros Tutelares, versando sobre a importância dos trabalhos da classe e a eficácia da atuação na esfera social. Na sequência foi exibido um vídeo com reportagens que foram veiculadas na mídia, abordando casos de violência familiar contra crianças. Registrou a presença de diversas personagens que atuam no âmbito da assistência social. O Sr. Marcos Magalhães disse que o ECA é um instrumento legal e importante para o pleno exercício da cidadania,

que repercute os mesmos direitos dos adultos para as crianças e adolescentes. Alertou que a Constituição Federal e o ECA são complementares, fato que possibilitou avanços na esfera da proteção e assistência, citando como exemplo a possibilidade do surgimento do Conselho Tutelar e dos Conselheiros, a universalização do acesso ao ensino, o reconhecimento da relação de cidadania e a diminuição da mortalidade infantil. Rechaçou a ideia de nominar a Lei nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo) de Lei da Palmada, alertando que este fato diminui a importância da Lei e a eficácia da aplicação. Asseverou que são necessários aprimoramentos no sistema, com uma efetiva interação entre o poder público e a sociedade, e que o Estado não deseja interferir na educação entre pais e filhos, todavia, introduz parâmetros na condução da relação, privilegiando a salvaguarda dos mais vulneráveis. O Sr. Ely Carlos Coutinho enfatizou as questões psicológicas no meio da assistência e da prevenção de risco das crianças e adolescentes, dizendo que os processos de criminalidade não sofrem efeitos lineares, “nem todos que sofreram violência, serão violentos”, mas os riscos envolvidos determinam e potencializam a disseminação das ações violentas, sobretudo, a falta de sentimentos mais elevados. Houve a apresentação de dança do Grupo Força Jovem. A Sr.^a Tatiana da Paixão questionou a ação municipal junto aos Conselhos Tutelares, enfatizando que há um sentimento de “descaso” por parte do ente municipal. Fez solicitações para o corpo de Conselheiros Tutelares dos dezoito Conselhos existentes em Salvador, lembrando que destes, cinco não possuem sede. A Sr.^a Ana Bernadete relatou as ações efetivadas pelo Ministério Público na esfera da assistência das crianças e adolescentes, ressaltando que deveria haver sinergia entre os órgãos envolvidos na tarefa do zelo dos mais vulneráveis. O Sr. Cláudio Melo disse que o Governo do Estado está trabalhando para o pleno exercício dos personagens que atuam na preservação dos direitos e prevenção de delitos envolvendo crianças e adolescentes, sobretudo, valorizando os Conselheiros Tutelares através dos organismos institucionais do Estado. O Secretário Antônio Rodrigues versou sobre a atuação do Município para a efetiva aplicação do ECA em Salvador, enumerando as diferenças entre o passado remoto e a atualidade com o uso do Estatuto. Revelou que existem verbas específicas, que nem sempre são utilizadas em função da falta de competência administrativa e do pouco conhecimento da população sobre o assunto criança e adolescente. Colocou os bons ofícios da esfera municipal a serviço de todos os Conselheiros Tutelares. O Sr. Lídio Amâncio revelou que foi viciado em drogas ilícitas desde os quatorze anos e, por essa razão, era espancado pelos pais, fato que o levou aos caminhos do crime. Confidenciou que sempre nutriu o sonho de ver a mãe morta e que nunca foi ajudado pelos Conselheiros Tutelares. Por fim, afirmou que só alcançou a libertação das drogas quando obteve a “libertação espiritual”. O Deputado Márcio Marinho parabenizou os 24 anos do ECA, bem como o papel dos Conselheiros Tutelares. Afirmou que o papel dos parlamentares no quesito da cidadania infantojuvenil demanda muito empenho e mobilização. Congratulou-se com o Governo Municipal pelo empenho em ratificar a caminhada da infância como legal e legítima. Reclamou do contingenciamento das verbas federais para a assistência, dizendo que esta prática

não contribui para o fortalecimento do zelo aos mais vulneráveis. A Delegada Jaqueline Gordilho disse que a única Delegacia em Salvador não dispõe de condições para prestar bons serviços à população, destacando a necessidade de se implantar a segunda sede da Delegacia. Após a execução do Hino da Bahia, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -